

Ata da Vigésima Quarta Reunião Ordinária, do Primeiro Período Ordinário do ano de mil e novecentos e oitenta e oito (1988), realizada no dia trinta e um de maio do ano em curso.

As dezessete horas do dia trinta e um de maio, do ano de mil e novecentos e oitenta e oito (1988), sob a presidência do Vereador Ailson Bezerra de Aguiar, e com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Vereadores Mauro José de Aguiar - 1º-º e, Osmar Condoro Moura, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio ordinariamente. Além disso, responderam a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Alcides Ferreira de Souza, Ana Celso Mathias dos Santos Correia Quintana Acicli de Oliveira, Inley Pereira da Silva, Geraldo Saniar Neves, Ernandes da Silva e A. Silva dos Santos Silva, Virgínia Correia de Souza e Walter de Bezerra Teixeira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. E seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Vigésima Quarta Reunião Ordinária e Ata da Décima Primeira Reunião Extraordinária, realizadas no dia vinte e seis de maio do ano em curso. Logo após, o Senhor Presidente, datou-minimou a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Requerimento nº 103/88, de autoria do Vereador Aristonice Acicli de Oliveira, dispõe sobre outorga de Mbção de Honrar a Pessoa Soliciano Sarah, pela sua contribuição a nossa juventude através do incentivo da prática do Ballet em nossa terra, Requerimento nº 104/88 de autoria do Vereador Virgínia Correia de Souza, solicita o Senhor S. lante Amaral, superintendente do UBA, Região Branhleira de Assistência do Estado do Rio de Janeiro, finalização e providências no sentido de concluir o programa social com a Prefeitura Municipal, a fim de que o mesmo possa atingir os seus objetivos, Requerimento nº 105/88, do lauro do Vereador Alcides Ferreira de Souza, dispõe sobre pedido de urgência e discussão única para o Projeto de Lei nº 50/88, oriundo da Mensagem Executiva nº 40/88, Requerimento nº 106/88, do lauro do edil Osmar Condoro Moura, requer urgência e discussão única para o Projeto de Lei nº 51/88, oriundo da Mensagem Executivo nº 39/88, Requerimento nº 107/88, de autoria do edil Mauro José de Aguiar, dispõe sobre de criação de uma agência do TPERJ

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro em Cabo Frio, Projeto de Lei. nº 49/88, de mesmo autor, dispõe sobre a criação de Plantação de Farmácia e Drogarias no Município de Cabo Frio, Projeto de Lei. nº 50/88, contendo Mensagem Executiva nº 40/88, dispõe sobre subvenção no valor de Cr\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil cruzados) a favor da Igreja Santa Rita de Cássia, entidade sem fins lucrativos, Projeto de Lei. nº 51/88, contendo Mensagem Executiva nº 39/88, fica o Prefeito Municipal autorizado a alienar em licitação uma área de terreno de interesse do Gelson Ramos de Carvalho e cu Crisolina Ramos de Carvalho. Semimada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado aos Oradores Imparciais. Fez uso da palavra o Vereador Geraldino Farias Neves, iniciando sua fala, denunciou obra irregular de edificação localizada no Bairro Braga por estar colocando tubulações para ligar engoto diretamente no canal do referido bairro, e ainda, disse ter procurado a Prefeitura sendo informado que a Municipalidade nada tinha a ver com a obra, e que ninguém pudera informar quem era o responsável pela autorização e que assim sendo convocou a Bancada do PLDB para que junto ao Prefeito fossem adotadas medidas fiscalizatórias. Retenou após no sentido de que o Estado adotasse providências para a recuperação da Rodovia, elo principal de ligação entre Cabo Frio e Araruama do Cabo, falando ainda do piso asfáltico em situação lamentável, e mais, que eram constantes os acidentes, ponderando ainda que serviços preliminares que estavam sendo realizados no ponto, haviam sido paralisados e segundo notícias, tão cedo tais serviços seriam reiniciados, motivando assim a manifestação da Bancada do PLDB junto ao Governador do Estado, encerrando a segunda fala o requerente ocupou a tribuna o Vereador Dirley Pereira da Silva, iniciando sua fala, condenou o que considerava manobras imorais de setores governamentais do PLDB a nível nacional, que temerários de derrota em 15 de novembro, estavam tentando a prorrogação dos mandatos eletivos dos atuais Prefeitos e Vereadores. Condenou a seguir, a figura do Senhor Wilson Guimarães, no passado um defensor apaixonado das eleições diretas e hoje protagonista das manobras pró-adiamento das eleições de 15 de novembro de 1988, por medo da derrota que por certo sofreria o seu partido, por ter traído a nação brasileira a exemplo do que ocorreu em Cabo Frio. Disse que não podia se calar ante tais manobras tramadas nos porões do Palácio da Planalto, e muito

memos no intimidar, a exemplo de outros políticos e dos cidadãos e cidadãs brasileiros que desejavam a livre exercícia da democracia. Disse que a prorrogação de mandatos abriu um precedente letal, que fatalmente ocasionaria a desobediência civil no Brasil com graves conseqüências para todos, face tal irresponsabilidade. Considerou importante, que se pudesse começar no Rio de Janeiro, um movimento no sentido de convocar as constituintes, do que o Vereador João de Deus e o Vereador João de Deus fizeram um apelo a todos no sentido de que fossem convocados os líderes dos Partidos na Constituinte, dando ciência da posição da Câmara Municipal de Cabo Frio, contrário a prorrogação dos mandatos, contrário a degradação da Nação Brasileira, encerrando sua fala. Logo após ocupou a tribuna o Vereador Walden de Souza Ferreira, início do seu fôlego, disse que o Vereador Dirley Pereira da Silva, abordara com muita propriedade em inflamação discursiva, uma situação econômica, de nível nacional, de nível nacional, mas, disse considerar mais importante, na medida em que o País passava por uma situação econômica mais grave, que a da classe política se alcançasse uma nova realidade para a Nação. Disse da necessidade de um novo tempo, não de brincar de ser político, ou de fazer uma reflexão, ou até mesmo de se posicionarem contra uma prorrogação, quando na verdade se trata de uma situação econômica baseada no Congresso Nacional, com interesses maiores tais como o tempo do Governo do Presidente Sarney ainda não votada. Indagou quem eram as propostas dos candidatos a Prefeito, dos candidatos a Vereador e até mesmo dos Vereadores para a mudança de tal quadro dramático, como sem emprego, e sem dinheiro sequer para se alimentar, e a nível municipal qual o programa para dinamizar Cabo Frio, também envolvido por tantas questões: disse que a Nação vivia o momento da contemção de despesas na administração pública, aplicando o dinheiro apenas nas prioridades para se conseguir a reabilitação do quadro econômico nacional. Disse ser imperativo aos que postulavam ser Vereador, que reciclarem suas idéias, que reciclarem as ideologias dos seus Partidos e que assim sendo pudessem contribuir para o engrandecimento do município de Cabo Frio, encerrando e reger sua fala. Em seguida, ocupou a tribuna o Vereador Quintiano Acopi de Oliveira, abordando inicialmente o discurso do Vereador Dirley Pereira da Silva, disse que o momento de certa



/ tivemos no estado e meu desejo agasalhado nos recantos de uma  
 consciência de verdadeiramente querer a prorrogação dos mandatos,  
 e que assim sendo criticara duramente ao Plurine Brasileiro Ulisses  
 Guimarães, que continuava "rembar das diretas", e ainda de fofon  
 dos primados que haviam feito do Brasil uma Nação Livre após o pe-  
 riado de vergonha ao longo de vinte e dois anos de arbitria. Disse que  
 a Bancada do P&DB não queria a prorrogação dos mandatos, tanto que  
 no próximo sábado o P&DB estaria reunido para o lançamento da  
 campanha eleitoral e a composição de chapas de Vereadores para o  
 pleito de 15 de novembro de 1988, e que não seria cabível tal procedimen-  
 to, no entanto o desejo de prorrogação de mandatos. Disse que até  
 naquela época o Vereador Diniz Pereira da Silva, se o governo tivesse abren-  
 dado com sinceridade a impossibilidade do Tribunal Regional Eleitoral  
 realizar o pleito de 15 de novembro, visto que a nova Carta só ficaria preta  
 em meados de setembro, portanto, a data menor das eleições. Disse que as  
 eleições custaria a Nação cerca de vinte e três bilhões de dólares, e que  
 correspondia a pouco menos do que um quinto da dívida externa brasilei-  
 ra, e que todos estavam perplexos, acompanhando as discussões que fu-  
 giam ao alcance dos Municípios, do que se poderia fazer. Disse que  
 que eram as Câmaras e os Vereadores, que sofriam o primeiro impacto e  
 que tinham que primeiro no sentido de que não tinham que não tinham  
 nem pontos, e que também não deixavam os verdadeiros democratas que  
 retornassem os dias seguintes de discussão. Disse que o P&DB não  
 haviam revelado tantas maus brasileiros na Velha República. Reafirmou que  
 o P&DB não aceitava prorrogação de mandatos, mas que não seria um  
 fato "nui geminis" no País um mandato que pudesse receber prorroga-  
 ção, ainda que por circunstâncias, a exemplo do que já ocorrera em penan-  
 da recente, emendando a seguir sua fala, dizendo não admitir que se dimi-  
 nuísse o valor do P&DB, pois que tramitava no Congresso uma lei para  
 que as eleições fossem realizadas, de autoria de um premedebista Ibson  
 Pinheiro. A seguir, ocupou o tribuna o Vereador Virgílio Corrêa de Souza,  
 iniciou sua fala, dizendo que vivia na época do "caga as Bruxas", com o  
 P&DB sofrendo pesadas críticas, daquelas que considerava covardes, mes-  
 mos covardes que haviam oposto o golpe de 1º de abril de 64, e que hoje es-  
 tavam na Câmara de Cabo Simo, na Assembleia Legislativa do Estado e na

Comitantes, travestidos em cordeiros quando todo povo sabe que eram verdadeiros lobos, e não passávamos pela desgraça sofrida pela Nação Brasileira. Disse que concordava com a opinião de um amigo que afirmava não ser o PDSB um partido de situação, até mesmo porque fora um partido de mudanças, arcando hoje com um difícil período de transição. Disse que considerava a Aliança Democrática, imperativo para as mudanças, era fatídica, pois colocara no Poder os mesmos lobos, os mesmos algozes, hoje revestidos com pelo de cordeiro e colocados o País no caos, pois o Senador José Ribamar Sales também não passava de um lobo travestido em cordeiro, sendo Presidente da Arena, fundador do partido situacionista no qual militara por vinte e três anos, respaldando o Governo de exceção por longos e sofridos vinte e três anos, e que o PDSB nada tinha a ver com a Presidência da República, e que o Presidente Sales entrara para a história em virtude do falecimento do Presidente Américo Neves. Disse que as críticas do Senador Dinley Pereira da Silva, realmente doiam na face dos mesmos delinquentes que tinham vergonha, mas que o PDSB não iria enmancecer, pois era um partido forjado em homem de luta e de conquistas para a Nação e que voltariam a merecer o respeito do povo nas urnas. Afirmou também que as corrupções existentes no Governo Sales ainda eram resquícios do Governo do arbítrio, citando ainda os nomes dos ex-Ministros Fumara, Bresser Pereira como homens descomprometidos com as mais legítimas aspirações da Nação apimadas no nervinho das benesses Governamentais para seus negócios particulares. Disse também que em Cabo Frio, a ARENA estava nas mãos do Deputado Ivo Saldanha, da mesma forma como os programas sociais da UBSA, e quando o Deputado via em caminho particular, jogando pacotes de leite para o povo, contrariava frontalmente os postulados do "programa tudo pelo social" do Governo Federal, sem respeitar convênios ou até mesmo a lei o que era um absurdo. Disse que diante de tal descabido, entenda requerendo a superintendência da Região Brasileira de Assistência, auditoria para apuração das irregularidades cometidas pelo Deputado Ivo Saldanha em Cabo Frio, encerrando sua fala logo após, ocupou a tribuna o Senador Antônio Carlos de Carvalho Fimidade, iniciando sua fala, disse que a promulgação do Senador Virgílio Corrêa de Souza, era uma demonstração de desrespeito, pois o Senador não tendo como defensor o Governo Municipal, não temo como fugir a denota das urnas, prometia-se a tentar actualizar a figura



do Deputado Sgo Saldanha, que todos sabiam ser o eleito Prefeito de Cabo Frio, pois era um homem idealista, identificado com os problemas sociais e que já dera uma nobre demonstração de seu prestígio ao ser eleito Deputado Estadual, recebendo total preferência do eleitorado cabofriense. Disse também que ao atacar o Ministro Sumaré, o Senador Suginio Correia de Souza também atacou ao P&OB, pois atingiu ao protetor do ex-Ministro, o Deputado Ulisses Guimarães, e que era um contra-nome. Considerou como um sintoma da demora imminente e pronunciamento do Senador de P&OB, um argumento e atacando a outras agremiações políticas, perdido na política, tentando obstar a caminhada vitoriosa do Deputado Sgo Saldanha. Quanto a distribuição de alimentos ao carente, recomendava como uma iniciativa benéfica do Governo do P&OB e de alto valor social, situação do Presidente Lamey, mas que se surpreendia quando um Senador de P&OB se colocava contra tal programa, condenando a distribuição de leite através do Deputado Sgo Saldanha. Lembrou o requer, que tais Senadores talvez quizessem que os carentes ainda estivessem subjulgados aos seus interesses políticos, sendo de conhecimento de todos que na campanha do Senador Walter Berra e Deputado, quantos pessoas haviam recebido folhas ou outro qualquer tipo de material: até mesmo vendendo o que recebiam. Encerrou sua fala, dizendo que o trabalho do Deputado Sgo Saldanha era meritório e que merecia o respeito de toda a população cabofriense. A seguir ocupou tribuna o Senador Gines Berra de Siqueira, iniciando sua fala, dizendo que se polidivizava com a luta dos estudantes cabofrienses, postulando transporte gratuito, por ser inclusive um dever de justiça de grande alcance social. Disse ainda que o aumento do preço das passagens, inclusive das Dinno ainda que o aumento do preço das passagens, por força do processo inflacionário, estava provocando inclusive a desistência de muitos jovens quanto aos estudos e que era muito grave, sendo necessária a tomada de posição por parte das poderes constituídos. Disse que em respeito a documentos recebidos de estudantes residentes em locais distantes da sede do Município, para que tenham uma relação junto a Auto Viação Saldanha, disse que pessoalmente pouco podia fazer, visto, digo, pois que não visto com bons olhos pela direção da Empresa em virtude de críticas dirigidas a mesma por questões relacionadas a demissões de empregados, mas que a questão estava merecendo toda a atenção da Câmara e com a ausência de jovens nas escolas.

Comunicou ainda a mobilização do Bancado do PNB, junto ao Senhor Pro-  
fete visando o equacionamento do problema. Adiante, disse que não podia des-  
cer de fazer algumas considerações sobre o discurso do Senador Antônio Car-  
los de Carvalho Figueiredo, na medida em que o mesmo afirmava que o único re-  
lação do Governo do PNB, representado pelo Presidente Donney, fora a distri-  
buição de leite para os pobres, na que discorreu, embora fosse uma iniciativa  
louvável, mas que, outros benefícios haviam sido conseguidos pelo PNB, como  
a ~~assistência~~ ~~vale~~ transporte, um capão urbano, também podendo ser requerido  
pela mulher, preservação do meio ambiente, aposentadoria com ganhos reais,  
conquistas exigidas de Bancado majoritário do PNB no Congresso Nacional,  
e ainda, destaque para a reforma tributária, saúde, educação, proteção à ma-  
ternidade. Finalizando disse que o PNB era uma trincheira de lutas e con-  
quistas e como tal iria continuar, com o apoio do povo brasileiro. Logo a vo-  
guiu, ocupou a tribuna o Senador Mauro José de Azevedo, iniciando sua  
fala, disse que a reunião fora marcada por pronunciamentos inflamados  
que não sempre abundantemente assuntos de esfera municipal, podendo notar que  
os assuntos municipais haviam tido participação discreta. Abordou o que  
considerava um absurdo, pois ao fazer ácia de Cabo São João não vinham ob-  
decendo plantão obrigatório por dever de solidiedade ao próximo, o que  
ninguém reuniria estava propondo Projeto de Lei tornando obrigatório o  
plantão de farmácias e drogarias no Município de Cabo São João. Falou de  
proposição de sua autoria, a ser apresentada posteriormente, a implan-  
tação de uma Agência do IPERJ em Cabo São João, atendendo assim a um gran-  
de número de funcionários estatutários. Falou do impatância da Câmara  
se manifestar em Brasília, através de representação, como favorável e reali-  
zação das eleições de novembro de 1988, encerrando sua fala. Não havendo  
mais oradores inscritos, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao mo-  
mento dedicado à ORDEM DO DIA, que consistiu do seguinte. Foram aprovados  
os Requerimentos nº. 103/88, de autoria do edil Aristarco Arioli de Oliveira,  
104/88, da autoria do edil Jinguim Correa de Souza, aprovado com o voto contra  
do Senador Dirley Pereira da Silva, 105/88, de autoria do Senador Almer-  
des Ferreira de Souza, 106/88, da autoria do edil Osmar Rondoni Mendes e 107/  
88 da autoria do Senador Mauro José de Azevedo. Encaminhado à Comis-  
são de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 49/88 de autoria do  
Senador Mauro José de Azevedo. Encaminhado ao Comissão de Com-



Atuação, Justiça, Finanças, Orçamento, Alimação e Redação Final, para em conjunto emitirem o seu parecer nos seguintes Projetos: Projeto de Lei n.º 50/88, contendo Mensagem Executiva n.º 40/88 e Projeto de Lei n.º 51/88, contendo Mensagem Executiva n.º 39/88. O aprovado o Parecer Sancionável da Comissão de Redação Final, no Projeto de Lei n.º 34/88, contendo Mensagem Executiva n.º 32/88, com o voto contra do Vereador Virgínia Correia de Souza. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerra a presente reunião em nome do Deus, em 11 de Maio de 1988, às dez minutos. E, para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que depois de lida, submetida à apreciação pleneária, aprovada, será assinada para que produza os seus efeitos legais.

Sílvio Bessa de Figueiredo  
 Presidente

Ata da reunião da Câmara Municipal de São João do Rio Preto, realizada no dia trinta e um de Maio de 1988.

As dez e seis horas e trinta e cinco minutos de

maio do ano de mil e novecentos e oitenta e oito (1988), sob a presidência do Vereador Silvio Bessa de Figueiredo e, com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Vereadores Mauro José de Aguiar e Adão de Jesus Mendes, reuniu-se a Câmara Municipal de São João do Rio Preto extraordinariamente. Além disso, respondeu em a chamada do rol dos presentes: Vereadores Alcides Ferreira de Souza, Aristarco Acopi de Oliveira, Genaldino Fernandes, Virgínia Correia de Souza e Walter de Souza Teixeira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente reunião em nome do Deus Não havendo Ata confeccionada para ser lida, o Senhor Presidente, transportou os trabalhos ao regimento dedicado ao **ORDEM DO DIA**, que consistiu de seguinte: Aprovado Parecer Conjunto Sancionável das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Alimação, Redação Final, nos seguintes Projetos: Projeto de Lei n.º 50/88, contendo Mensagem Executiva n.º 40/88. Projeto de